

Brasil: a cruenta luta campesina - 2

Um resumo das principais notícias do mês de agosto/2011 relativas aos problemas e conflitos na área rural do país.

Agência Brasil, 02/08/11

Fiscais resgatam trabalhadores escravizados em carvoarias de Goiás

Luana Lourenço - *Repórter da Agência Brasil*

Brasília - Fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 69 trabalhadores em situação análoga à escravidão em 11 carvoarias de Goiás. A operação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do estado foi desencadeada após denúncia de tentativa de homicídio de um trabalhador.

Os carvoeiros eram trazidos irregularmente de Minas Gerais, não tinham registro e nenhum direito trabalhista, como descanso semanal remunerado, férias ou décimo terceiro salário. Nas carvoarias, as condições de trabalho e moradia eram precárias. Não havia água potável e alguns alojamentos foram erguidos em galpões de pau-a-pique, com teto de lona e piso de chão batido. Os fiscais também constataram a falta de instalações sanitárias nos locais de trabalho e nos alojamentos.

O esquema de exploração dos trabalhadores, coordenado por uma família, funcionava havia mais de seis anos, de acordo com o Ministério do Trabalho. Os trabalhadores eram aliciados para atividades que iam do desmatamento do Cerrado para produção de carvão à entrega do produto para siderúrgicas em Minas Gerais. De acordo com os fiscais, não eram fornecidos equipamentos de proteção individual (EPI) para execução de atividades como corte, carregamento e transporte de madeira e para o trabalho nos fornos.

Os empregadores terão que pagar R\$680 mil em indenizações rescisórias aos trabalhadores resgatados. Cerca de R\$200 mil foram pagos e o restante será cobrado em ação coletiva movida pelo Ministério Público do Trabalho contra os produtores de carvão e contra os fazendeiros onde as carvoarias estavam instaladas. Os empregados resgatados irão receber três parcelas do seguro-desemprego, de um salário mínimo cada.

Na última sexta-feira (29), o ministério divulgou a nova versão da chamada lista suja do trabalho escravo, que agora tem 251 nomes. Em seis meses, 48 nomes foram incluídos na relação mantida pelo governo federal e cinco foram excluídos.

MST Informa - 8/08/2011

MST ocupa terra grilada no interior de São Paulo

Terra para produzir alimentos é uma das reivindicações dos Trabalhadores Sem Terra. Pela manhã deste último sábado (6/8), 250 famílias ocuparam o Sítio Boa Vista que tem cerca de 80 hectares. A área pertence ao INSS e está localizada na região do Salto Grande no município de Americana-SP, próximo ao Sobrado Velho. As famílias reivindicam que essas terras públicas se tornem um assentamento de Reforma Agrária.

Já há três anos, parte destes trabalhadores estão vivendo em barracos de lona, lutando por um pedaço de terra para sobreviver. Várias ocupações foram feitas na região e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se nega a assentar as famílias.

Já há alguns anos, a Usina invadiu áreas nessa região para o monocultivo da cana-de-açúcar. A monocultura da cana degrada a natureza com o esgotamento das riquezas minerais do solo e o uso intensivo de agrotóxicos. Constatamos que a Usina grila mais de 4.mil hectares de terras públicas dos governos municipal, estadual e federal.

A área é próxima ao assentamento Milton Santos, onde estão assentadas 75 famílias atualmente. Desde 2002 o MST ocupa e denuncia o uso indevido da terra pela Usina Ester, área essa que é do INSS. Na última ocupação, feita na mesma área, as famílias sofreram um despejo violento pela Polícia Militar de Americana. Esse despejo foi realizado sem uma liminar da justiça o que deixa claro que a PM executou uma ordem da Usina Ester.

Agora, mais uma vez, os usineiros, através da polícia militar, tentaram retirar as famílias por meio de uma liminar já vencida de dois anos atrás. Mas a resistência dos trabalhadores impediu a ação ilegal da polícia neste sábado.

O acampamento tem se ampliado com vinda de novas famílias. Elas permanecerão na área até que os órgãos responsáveis atendam todas as suas reivindicações.

Nesta segunda-feira (8/8), às 8 horas da manhã, houve um ato político em defesa da Reforma Agrária na área de ocupação. Todos os companheiros e companheiras que apoiam essa luta estão convidados a participar desse ato junto com as famílias acampadas.

Instituto do Observatório Social, 10/08/11

Em flagrante inédito, cortadores de acácia são resgatados no RS

Pela primeira vez, o grupo móvel de fiscalização flagrou pessoas submetidas à escravidão contemporânea que trabalhavam na extração de cascas de acácia para a fabricação de tanino. O tanino é utilizado em curtumes, na composição de tintas e também na indústria farmacêutica.

Foram libertados cinco trabalhadores, incluindo dois jovens com 17 anos de idade, que estavam sendo explorados no distrito de Morrinho, no município de São Jerônimo (RS). A operação teve início no dia 13 e terminou em 18 de julho, com o pagamento das verbas rescisórias.

Os resgatados, que estavam no local há 15 dias, foram encontrados em condições degradantes. Não havia fornecimento de água potável. A casa na qual as vítimas estavam alojadas não tinha instalações sanitárias em funcionamento.

O empregador não fornecia camas, colchões e roupas de cama. Os empregados dormiam, portanto, sobre pedaços improvisados de espumas, diretamente no chão. A água e as refeições consumidas eram providenciadas pelos próprios trabalhadores. O pagamento era feito de acordo com a produção.

Para cozinhar, os trabalhadores improvisaram um fogão a lenha, que enchia de fumaça a casa precária onde viviam. Ao lado da comida, a fiscalização se deparou com motosserra usada na derrubada das árvores.

Os trabalhadores eram oriundos de Montenegro (RS) - outro município do interior gaúcho. Junto com outras cinco pessoas que vinham diariamente de Butiá (RS), retiravam a casca de acácia em local de difícil acesso.

A fiscalização, que contou com as habituais participações de integrantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), não se encerrou. Agentes públicos pretendem também desvendar a destinação final do tanino extraído a partir do corte e extração da casca de madeira de acácia negra em floresta plantada.

"Ainda está sendo investigada a cadeia produtiva nesse setor. É certo que existem empresas de grande porte no Estado que se aproveitam da madeira e da casca da árvore de acácia oriundas de trabalho em condições degradantes", explica Alexandre Lyra, auditor fiscal e sub-coordenador da operação.

O objetivo da investigação é responsabilizar não só os pequenos produtores, mas também quem se beneficia do que foi produzido com trabalho escravo.

Desde 2002, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS) e o MPT desenvolvem um trabalho de monitoramento do setor. Contudo,

nenhum Termo de Ajustamento de Contada (TAC) havia sido firmado até hoje com as indústrias que compram a produção oriunda de trabalho escravo.

"Anteriormente, foram feitas apenas autuações. Nunca houve flagrante de trabalho escravo e libertação de trabalhadores no setor", conta o subcoordenador Alexandre. A partir do flagrante, o grupo móvel conseguiu emplacar de reuniões com algumas das maiores empresas do setor. "O objetivo é conseguir uma mudança estrutural no setor, partindo das grandes empresas".

O empregador Laurélio Rogemar Kochenborger pagou mais de R\$ 14 mil em direitos trabalhistas e mais de R\$ 14 mil em danos morais aos resgatados. Foram lavrados, ao todo, 14 autos de infração.

Texto: Bianca Pyl

MST Informa

Sem perspectivas, 835 mil jovens deixam o campo em 10 anos

Por Ismael de Freitas - Do Gazeta do Povo

O êxodo rural na última década atingiu a marca de 835 mil jovens no país. Em números absolutos, o Paraná foi o segundo estado que mais perdeu população no campo com idades entre 15 e 24 anos, na comparação entre os censos de 2000 e 2010. Foram 73,9 mil baixas, um total só menor do que o verificado em São Paulo, que teve redução de 184,6 mil jovens. Proporcionalmente à sua população, o estado teve a 5.^a maior queda – 22,4% dos jovens que moravam no campo se mudaram para as cidades.

Por outro lado, há estados brasileiros que ganharam população jovem rural na última década. O Pará foi o que mais teve acréscimo de jovens (53,5 mil), o que significa um aumento de 12%. Na proporção, Roraima foi a unidade da federação que mais aumentou sua participação de jovens no campo, 24%, com acréscimo de 4,5 mil.

De acordo com estudo elaborado por Valter Bianchini, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ex-secretário de Agricultura do estado, o que mais dificulta a permanência de jovens no campo é a falta de lazer, renda e de projetos de incentivos e políticas públicas. Ele aponta também que nas propriedades com condições econômicas melhores, mais próximas aos centros urbanos e com melhor infraestrutura, a migração de jovens é menor.

Geral

A diminuição do crescimento geral da população é apontada como um dos principais fatores para o fenômeno da diminuição de jovens no meio rural na opinião do geógrafo Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, mestre em Gestão do Território e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

"Nessa faixa etária, os jovens estão procurando educação e trabalho, além disso, o crescimento vegetativo da população diminuiu a partir da década de 1980. O meio rural também está mais velho. A média de idade no campo hoje é superior aos 55 anos", aponta.

Para o economista e professor da UFPR, Nilson Maciel de Paula, os centros urbanos ainda exercem uma grande atração sobre os jovens brasileiros. "Diferente-mente de países como Estados Unidos e algumas regiões da Europa, o Brasil ainda não esgotou esse processo de migração. Aliado a esse aspecto, nos últimos anos houve uma atividade econômica mais intensa nas cidades, com geração de novos postos de trabalho, além de um apagão de mão de obra, principalmente nos setores têxtil e da construção civil", diz. Na opinião do professor, falta também uma estratégia que torne o meio rural atrativo ao jovem.

De outro lado, o governo tenta fazer com que a população com idade entre 15 e 24 anos permaneça no campo, mas esbarra nas políticas de acesso à terra. "Existe crédito direcionado principalmente aos jovens de até 29 anos para o financiamento da produção, mas há requisitos específicos que tornam essa modalidade mais difícil. É preciso também

uma política mais eficiente de crédito fundiário e reforma agrária”, afirma o engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado (Seab), Jeferson Vinícius Meister.

Instituto do Observatório Social, 19/08/11

Trabalhadores cobram e Dilma aceita criar comissão para discutir reforma agrária

A 4ª edição da Marcha das Margaridas terminou na tarde desta quarta-feira (17). Após a caminhada pela manhã até a Esplanada dos Ministérios, as trabalhadoras se reuniram mais uma vez no Parque da Cidade, transformado em Cidade das Margaridas para abrigar as manifestantes, e acompanharam a cerimônia que contou com ministros, lideranças sindicais e a presidenta Dilma Rousseff.

Dilma aproveitou a ocasião para apresentar aos agricultores um caderno com respostas às reivindicações da Marcha já encaminhado à secretária de Meio Ambiente da CUT e coordenador geral da Marcha das Margaridas, Carmen Foro. Para a presidenta, o principal resultado da Marcha é a continuidade do diálogo entre agricultores e o governo federal.

Ao comentar as medidas que adotará, citou pontos criticados por produtores familiares, como a falta de apoio para distribuição dos alimentos, além do acesso ao crédito e à assistência técnica pelas mulheres.

De acordo com a presidenta, a meta do governo é investir na melhoria de condições de distribuição para atingir o índice de 30% de alimentos fornecidos pela agricultura familiar para as merendas escolares, garantir ao menos 30% do total disponível de crédito para o agricultor familiar às mulheres e ampliar o acesso à creche de qualidade no campo. Dilma disse ainda ter determinado um diagnóstico das condições de todos os assentamentos existentes hoje no Brasil.

Reforma agrária em questão

Presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), Alberto Bloch, foi o primeiro a falar e propôs a criação de uma comissão composta por organizações dos movimentos sociais e representantes dos assentamentos para discutir um novo modelo de reforma agrária. “A agricultura familiar é a base desse novo modelo de desenvolvimento sustentável porque assegura soberania alimentar, dinamiza a economia nas cidades do interior e valoriza a natureza”, apontou.

Carmen Foro, adotou discurso semelhante e acrescentou os pontos que julga essenciais para melhorar a vida das trabalhadoras rurais. “Não abrimos mão da reforma agrária, da mesma forma que queremos ampliar o orçamento para enfrentamento da violência contra a mulher e que o governo seja avalista do crédito para a mulher do campo e da floresta”, disse.

Dilma disse concordar com a criação do grupo para discutir a questão do acesso à terra e confirmou a definição de uma comissão interministerial, com participação dos movimentos sociais, para acompanhar as medidas adotadas.

Avaliação

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT e integrante da organização da Marcha, Rosane Silva, a manifestação foi muito positiva. “Cumprimos nosso objetivo que era colocar 30 mil cutistas em Brasília e 100 mil pessoas no ato graças a um processo de mobilização que durou todo um ano.”

Ainda segundo ela, a fala de Dilma indicou aspectos positivos como o reconhecimento de que a mulher vive uma situação de desigualdade em todos os espaços e que é necessário ter políticas públicas para romper essa discriminação.

"Apresentamos uma pauta com 150 itens, divididos em temas que nunca foram tratados numa mobilização do campo e da floresta. Acredito que é um avanço a presidenta tratar da necessidade de levar a creche para o campo e para a floresta, de ter estrutura para atender mulheres vítimas de violência nesses locais. Assim como se comprometer a oferecer mais crédito para reforma agrária", falou.

Rosane também enxerga com bons olhos a criação de um grupo capaz de monitorar a distância entre o que é anunciado e o que foi efetivamente executado. "A partir daí é que veremos o que realmente saiu do papel."

Diap, 22/08/11

MST é demonizado pela mídia, confirma pesquisa que vai ser lançada

Uso de termos negativos, pouca relevância dada às bandeiras da entidade e exclusão do MST como fonte. O que já era percebido pelos movimentos sociais agora foi comprovado em pesquisa que analisou cerca de 300 matérias sobre o MST em TV, jornal impresso e revistas.

O resultado desse trabalho vai ser lançado na próxima quarta-feira (24), às 19h, na Tenda Cultural do Acampamento Nacional da Via Campesina (Estacionamento do Ginásio Nilson Nelson), em Brasília.

O relatório, intitulado "Vozes Silenciadas", analisou as matérias que citaram o MST em três jornais de circulação nacional - *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*; três revistas também de circulação nacional - *Veja*, *Época* e *Carta Capital*; e os dois telejornais de maior audiência no Brasil: *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, e *Jornal da Record*.

O período pesquisado foi de 10 de fevereiro a 17 de julho, duração das investigações de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o MST.

O lançamento contará com a presença de Mônica Morão, professora da UFC e responsável pela pesquisa, de Leandro Fortes, jornalista da revista *Carta Capital*, e da Coordenação do MST.

O relatório foi realizado pelo Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social com o apoio da Fundação Friedrich Ebert e da Federação dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert).

O estudo

MST é retratado como violento e suas bandeiras recebem pouco destaque. A pesquisa concluiu que o movimento, na maioria dos casos, não era central nas matérias que o citam.

O tema predominante foi as eleições (97 inserções), com uma grande diferença em relação ao segundo lugar, o *Abril Vermelho* (42 inserções). A CPMI foi tema apenas de oito matérias (ou 2,6% do total).

Nas matérias sobre eleições, o MST não apareceu nos debates sobre políticas agrárias, mas sim como ator social mencionado de forma negativa pelos dois principais candidatos do pleito nacional.

O Movimento aparece em segundo lugar no ranking de fontes ouvidas (em primeiro lugar estão matérias que não ouvem nenhuma fonte). Porém, essa colocação representa apenas 57 ocorrências num universo de 301 matérias.

Quase 60% das matérias utilizaram termos negativos para se referir ao MST e suas ações. O termo que predominou foi "invasão" e seus derivados, como "invasores" ou o verbo "invadir" em suas diferentes flexões.

Ao todo, foram usados 192 termos negativos diferentes, entre expressões que procuram qualificar o próprio MST ou suas ações.

A maioria dos textos do universo pesquisado cita atos violentos, o que significa que a mídia faz uma ligação direta entre o Movimento e a violência. Não bastasse essa evidência, dentre as inserções que citam violência, quase a totalidade (42,5% do total de matérias) coloca o MST apenas como autor. (Fonte: *Intervezes*)

Agência Brasil, 23/08/11

MST mantém ocupação de fazenda usada pela Cutrale

Bruno Bocchini - *Repórter da Agência Brasil*

São Paulo – Cerca de 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam, na manhã de hoje (22), a Fazenda Santo Henrique, no município de Iaras (SP), região de Bauru. O movimento reivindica a desapropriação da área para a reforma agrária e diz que o uso da fazenda, de 2,6 mil hectares, pela empresa Cutrale é indevido e criminoso.

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária do MST, que começa hoje em vários estados e Brasília.

“A área utilizada pela Cutrale tem origem pública e, de acordo com a lei, deve ser destinada à reforma agrária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem estudos que comprovam que a área é devoluta e disputa na Justiça a posse da Fazenda Santo Henrique”, diz, em nota, o MST.

O processo tramita na 1ª Vara da Justiça Federal de Ourinhos desde agosto de 2006. De acordo com o movimento, a fazenda faz parte do Grupo Colonial Monção, um conjunto de fazendas comprado pela União em 1909 para projeto de colonização. Juntas, somavam cerca de 40 mil hectares que se estendiam pelos municípios paulistas de Agudos, Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara.

Em nota, a Cutrale lamentou a ocupação. A empresa diz ainda que já demonstrou a legalidade na aquisição da propriedade, “que gera centenas de empregos diretos, apresenta alta produtividade, o que resulta em benefício para toda a região”.

A empresa informou ainda que está tomando providências jurídicas para que a posse da propriedade seja reintegrada. “Esperamos finalmente que seja mantida a ordem, respeitando a integridade física dos colaboradores da Cutrale, bem como o patrimônio da empresa e de seus empregados”.

De acordo com o Incra, a Fazenda Santo Henrique faz parte de um conjunto de terras públicas da União. Em nota, o instituto destaca que a área foi ocupada irregularmente ao longo dos anos e que o Incra tem buscado recuperá-la para a União e destiná-la à reforma agrária.

Em junho de 2007, o Incra obteve decisão favorável sobre a posse do imóvel, por meio de sentença do Tribunal Regional Federal em São Paulo. Mesmo com a decisão, o instituto apresentou uma proposta de acordo à Cutrale, prevendo a permuta de imóveis.

De acordo com o Incra, enquanto mantinha negociações com o Incra para cumprir o acordo, a empresa buscou na Justiça e obteve, em segunda instância, a cassação da decisão anterior. Em seguida, ela abandonou os tratativas.

“A Justiça entendeu que o imóvel não pertence à União e que o Incra não é parte legítima na ação. Na decisão, o juiz se baseou em uma dissertação de mestrado defendida na Unicamp que informa, equivocadamente, que as terras em questão pertenceriam à Fepasa. A própria Rede Ferroviária Federal (RFFSA) já declarou que o imóvel não pertence à Fepasa”, ressalta, em nota, o Incra.

Segundo o instituto, a União deverá apresentar nova ação judicial, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria Regional Federal (PRF), para reaver a fazenda.

Agência Brasil, 23/08/11

Trabalhadores rurais iniciam Acampamento Nacional em Brasília

Trabalhadores rurais de vários estados farão a partir desta segunda-feira (22), em Brasília, o Acampamento Nacional, próximo ao Ginásio Nilson Nelson. Organizado pelos movimentos sociais da Via Campesina, o acampamento faz parte da Jornada Nacional por Reforma Agrária, que terá mobilizações em todo o país a partir de amanhã.

Um dos temas que serão discutidos durante a jornada é a educação no campo. Segundo a Via Campesina, o censo escolar do Ministério da Educação mostra que mais de 24 mil escolas foram fechadas na área rural entre 2002 e 2010.

“Isso nos remete a olhar com profundidade o que está em jogo, relacionado às disputas de projetos de campo. Os governos têm demonstrado cada vez mais a clara opção pela agricultura de negócio – o agronegócio – que tem em sua lógica de funcionamento pensar em um campo sem gente e, por conseguinte, um campo sem cultura e sem escola”, disse Erivan Hilário, do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Além da educação no campo, a Jornada Nacional por Reforma Agrária inclui reivindicações como o assentamento de 60 mil famílias acampadas, algumas há mais de cinco anos, a recomposição do orçamento para a obtenção de terras e a renegociação das dívidas de pequenos agricultores.

MST Informa

Bandeiras unitárias da classe trabalhadora

23 de agosto de 2011

O processo de fragmentação das forças populares, democráticas e socialistas, que marcou a esquerda na última década, ainda não foi superado. No entanto, as bandeiras de lutas dos diversos campos políticos da classe trabalhadora apresentam bastante convergência.

Os principais pontos dessa plataforma política são a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no orçamento federal para educação pública e gratuita e a mudança de modelo agrícola, com a proibição da utilização de agrotóxicos e a realização da Reforma Agrária.

A *Página do MST* apresenta uma síntese dos principais pontos da plataforma política da classe trabalhadora.

Redução da jornada de trabalho sem redução salarial

A redução da jornada de trabalho, que deve ser votada neste ano na Câmara dos Deputados, é um dos instrumentos que possibilita aos trabalhadores participarem da distribuição dos ganhos de produtividade gerados pela sociedade. As inovações tecnológicas e organizacionais são conseqüências do acúmulo científico e do esforço contínuo de gerações e são, portanto, mérito de toda a sociedade. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o impacto potencial de gerar mais de 2,2 milhões novos postos de trabalho no país. A luta pela redução da jornada abrange também a limitação da hora extra, que pode gerar de 1,2 milhões de postos de trabalho (levando em consideração os dados de 2005).

10% do PIB para Educação

Os movimentos sociais, entidades do movimento educacional (professores, estudantes e funcionários) e as centrais sindicais fazem uma campanha para que o Plano Nacional da Educação (PNE), em discussão na Câmara dos Deputados, garanta a destinação de 10% do PIB para educação. O Conselho Nacional da Educação (CNE) sugeriu, em maio, que a meta do investimento público em educação corresponda a 10% do PIB do país, ao contrário dos 7% propostos inicialmente pelo Ministério da Educação (MEC). Atualmente, o Brasil aplica cerca de 5% do PIB na área. O Jornal Sem Terra publica nesta edição artigo da professora Lizete Arelaro, da Universidade de São Paulo, sobre a campanha pelos 10% do PIB para educação.

Novo modelo agrícola, proibição dos agrotóxicos e Reforma Agrária

O Brasil precisa de um novo modelo agrícola, baseado na agricultura familiar e camponesa, que fixe as pessoas no meio rural, garanta terra, gere emprego e renda. Para isso, os movimentos defendem a desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos (muitos em mãos do capital estrangeiro) para distribuir para assentamento de milhares de famílias acampadas. Além disso, uma nova política de crédito rural, mais acessível aos pequenos agricultores. O modelo do agronegócio é o jeito das grandes empresas estrangeiras controlarem a produção e o comércio agrícola, dos bancos ganharem dinheiro, em aliança com os grandes proprietários de terra e apoiados pela mídia. Ele concentra a produção, a propriedade da terra, expulsa os trabalhadores do campo, só produz para exportação, usa de forma intensiva máquinas e venenos que desequilibram o ambiente, fazendo do Brasil o maior consumidor mundial de venenos.

Por aumento de salários e melhores condições de trabalho

As campanhas salariais deste 2º semestre são importantes porque demonstram que o modelo econômico vigente não atende às necessidades dos trabalhadores. Essas lutas de caráter econômico ganham uma perspectiva de disputa de projeto político na medida em que o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou que aumentos de salários são inviáveis porque aumentariam a inflação. A queda do desemprego, a valorização do salário mínimo e os aumentos de salários de importantes categorias acima da inflação fortaleceram o mundo do trabalho. Em consequência, vivemos um período de aumento do número de greves, especialmente no setor privado, e de maior iniciativa política do movimento sindical.

Mudança na política econômica

O aumento da taxa Selic, do Banco Central, e o arrocho salarial como medidas para supostamente enfrentar a inflação beneficiam apenas a classe dominante e prejudicam o povo brasileiro. O modelo econômico do governo Lula, que a presidenta Dilma pretende continuar, baseado em crescimento econômico, acumulação do grande capital (especialmente do capital financeiro e empresas transnacionais) e distribuição de renda está chegando a um impasse. Entre janeiro e maio, o setor público (governo federal, Banco Central, Previdência Social, governos estaduais e municipais e das empresas estatais) desviou do povo brasileiro e reservou para o superávit primário R\$ 64,82 bilhões. No mesmo período, foram pagos R\$ 100,76 bilhões em juros aos portadores de títulos da dívida pública. Esse modelo compromete a soberania nacional e inviabilizam políticas estruturantes.

Pelo fim do Fator Previdenciário e fortalecimento da Previdência Pública

O Fator Previdenciário foi aprovado em 1999, durante a Reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso, para reduzir o valor dos benefícios previdenciários. Quanto menor a idade de aposentadoria, maior o redutor e, conseqüentemente, menor o valor do benefício. Com isso, o valor da aposentadoria paga pela Previdência Social passou a ser calculado com base na média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição (corrigidos monetariamente) referentes ao período de julho de 1994 até o mês da aposentadoria. É sobre essa média que incide o "fator previdenciário". Para as aposentadorias por tempo de contribuição, a aplicação do fator previdenciário passou a ser obrigatória e para aquelas por idade, tornou-se optativa sua aplicação.

Reforma Urbana

Mais de 5,5 milhões de moradias precisam ser construídas para acabar com o déficit habitacional, segundo dados de 2008 utilizados pelo Ministério das Cidades. As favelas e áreas em situação de risco abrigam 7 milhões de pessoas (esse número aumentou 42% nos últimos 15 anos, segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O número de déficit habitacional aumenta com a inclusão das famílias que moram de aluguel, que estão em torno de 12 milhões de famílias (de acordo com o Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo-Secovi-SP). Só que a Reforma Urbana é mais ampla do que resolver o problema da falta de moradias, mas construir uma cidade que respeite e garanta o saneamento, acesso à infra-estrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Por uma Reforma Política que conceda mais poder ao povo brasileiro

Apoiamos uma nova regulamentação do art. 14º da Constituição Federal que trata do plebiscito, referendo e iniciativa popular. Defendemos que determinados temas só podem ser decididos pelo povo, através do plebiscito e referendo. Queremos a diminuição das exigências para a iniciativa popular, menos assinaturas e um rito próprio no Congresso Nacional. Defendemos reformas no sistema eleitoral que possibilitem aos segmentos subrepresentados nos espaços de poder (mulheres, população negra e indígena, em situação de pobreza, do campo e da periferia urbana, da juventude e da população homoafetiva, etc) a disputa em pé de igualdade como os demais. Para isso, defendemos a votação em lista pré-ordenada com alternância de sexo e critérios de inclusão destes segmentos e financiamento público exclusivo com punições severas para quem desrespeitar. Defendemos o fim dos privilégios aos parlamentares, como por exemplo, férias de 60 dias, 14º e 15º salários, além do decoro parlamentar, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para que estes não sejam usados como instrumentos para a impunidade.

Instituto do Observatório Social

Trabalho escravo se repete em Campos dos Goytacazes

Fiscalização trabalhista libertou 20 pessoas de condições análogas à escravidão, incluindo cinco adolescentes entre 16 e 18 anos de idade e seis mulheres, em Campos dos Goytacazes (RJ). Realizada no início de junho pelo grupo interinstitucional - formado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) -, a ação foi motivada por denúncia telefônica às autoridades.

De acordo com Marcela Ribeiro, procuradora do trabalho no município do Norte fluminense, as condições encontradas na Fazenda Lagoa Limpa eram degradantes. Os empregados rurais não recebiam água potável durante todo o dia de trabalho. Não havia instalações sanitárias nas frentes de trabalho. Também não havia local adequado para as refeições e nem para armazená-las, já que os empregados traziam a comida de casa. As vítimas trabalhavam sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e não tinham a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinadas.

A propriedade fiscalizada pertence a Walter Lysandro Godoy, que era responsável por dois trabalhadores que realizavam a limpeza do mato que nasce entre as fileiras da plantação de cana-de-açúcar. Os outros plantavam grama para a empresa Jardim do Éden Indústria e Comércio Ltda. ME.

Os empregados eram moradores da região de Campos dos Goytacazes (RJ) e trabalhavam no local desde abril. O MTE lavrou 13 autos de infração. As verbas rescisórias pagas a cada trabalhador superaram a quantia de R\$ 1 mil. Os trabalhadores libertados também devem receber o Seguro Desemprego para Trabalhador Resgatado. A reportagem tentou, mas não conseguiu contato telefônico com os envolvidos no ocorrido.

Após o flagrante, os empregadores assinaram Termos de Ajuste de Conduta (TAC) se comprometendo a cumprir integralmente a legislação. Eles pagaram indenizações a título de

dano moral individual e R\$ 7,5 mil relativos ao dano moral coletivo. O valor será destinado a uma campanha publicitária para divulgação dos direitos dos trabalhadores rurais.

Nos últimos anos, uma série de operações verificaram a exploração de mão de obra escrava em fazendas da região de Campos dos Goytcazes (RJ), em especial no pesado trabalho nas lavouras de monocultivo de cana. Fonte: *Repórter Brasil*

Blog da Amazônia – 25/08/2011

Mais um agricultor é assassinado no Pará; é a sétima vítima na Amazônia desde maio

Altino Machado

O agricultor Valdemar Barbosa de Oliveira, 54 anos, mais conhecido por Piauí, foi assassinado a tiros na manhã desta quinta-feira (25), na periferia de Marabá, sudeste do Pará. Em maio, seis pessoas foram assassinadas em decorrência da luta pela posse da terra na Amazônia.

Piauí, a sétima vítima, morreu quando trafegava numa bicicleta. Ele foi atingido por balas disparadas por dois pistoleiros que estavam numa moto e usavam capacetes.

A Polícia Civil do Pará informou que já começou a investigar o assassinato. Piauí era casado e residia no bairro Nova Marabá.

Segundo a polícia, o agricultor foi abordado por dois homens em uma moto quando chegava de bicicleta em um balneário conhecido por Geladinho, localizado no bairro São Félix.

Os criminosos mandaram a vítima descer da bicicleta e atiraram à altura do rosto e pescoço.

- Não posso falar nada sobre a investigação neste momento - disse o delegado de Conflitos Agrários de Marabá e Redenção José Humberto de Melo Júnior.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) informou que Piauí era sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. Ele coordenou por vários anos um grupo de famílias que ocupava a fazenda Estrela da Manhã em Marabá.

A fazenda não foi desapropriada e ele voltou para a cidade, onde ajudou a organizar uma ocupação urbana na Folha 06, no bairro onde estava residindo.

Segundo a CPT, o agricultor não desistiu de lutar por um pedaço de terra. Há mais de um ano passou a coordenar um grupo de famílias que ocupava a Fazenda Califórnia no Município de Jacundá.

No final do ano passado as famílias foram despejadas da fazenda pela Polícia Militar do Pará. Piauí não perdeu o contato com as famílias e ameaçava voltar a ocupar novamente a fazenda.

De acordo com informações obtidas pela CPT, a Fazenda Califórnia está localizada a 15 km de Jacundá e, além de pecuária, é envolvida com a atividade de carvoaria.

- Pistoleiros teriam sido contratados pelo fazendeiro para impedir uma nova ocupação do imóvel. O assassinato de Piauí pode ter ligação com a tentativa de reocupação da fazenda - avalia a CPT.

A organização, ligada a igreja católica, assinala que após o assassinato dos extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, Piauí é o quarto trabalhador assassinado com fortes indícios de que os crimes tenham sido por motivação agrária, ou seja, disputa pela terra.

- Após três meses, apenas os assassinatos dos extrativistas de Nova Ipixuna foram parcialmente investigados. Dos seis homicídios, ninguém foi preso até o momento. O comportamento da Polícia Civil do Pará tem sido de investigar as vítimas e não os responsáveis pelas mortes, quando se trata de crimes no campo - critica a CPT.

<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2011/08/25/mais-um-agricultor-e-assassinado-no-para-e-a-setima-vitima-na-amazonia-desde-maio/>

Agência Brasil, 30/08/11

Defesa de fazendeiro condenado pela morte de Dorothy Stang tenta cancelar julgamento

Ivan Richard - *Repórter da Agência Brasil*

Brasília - A 2ª Vara do Tribunal do Júri do Pará julga amanhã (30), em Belém, apelação feita pela defesa do fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, condenado no ano passado a 30 anos de prisão pela morte da missionária norte-americana Dorothy Stang. No pedido, a defesa alega que houve "cerceamento da defesa" e pede o cancelamento do julgamento.

A Congregação das Irmãs de Notre Dame, à qual Dorothy Stang pertencia, divulgou nota hoje (29) contestando o pedido da defesa do fazendeiro. Para as religiosas, não há fato novo que justifique a apelação proposta pela defesa. "Apelar é direito do condenado, mas [Regivaldo] não consegue, uma vez mais, apresentar um fato verdadeiro para sustentar sua inocência ou sua distância como comandante do crime", diz trecho da nota.

O advogado Jânio Siqueira disse à *Agência Brasil* que durante o júri houve "uma série de nulidades" que invalida o julgamento do seu cliente. De acordo com a defesa, uma das falhas foi a má redação de um quesito formulado pelo Conselho de Sentença que levou os jurados ao erro.

"No questionário para os jurados a pergunta foi mal redigida, e a nossa tese era de negativa de coautoria, e a pergunta que foi feita, no nosso entendimento, foi mal formulada, induzindo os jurados a condenar meu cliente", declarou Siqueira.

Segundo ele, a única prova material contra Regivaldo não poderia ter sido usada no julgamento já que o fazendeiro Amair Feijoli da Cunha, conhecido como Tato, voltou atrás e negou a participação do seu cliente no crime. Anteriormente, Tato, condenado a 18 anos de prisão por ter intermediado o assassinato da missionária, disse que Regivaldo era o mandante do crime.

"O cume do ápice da nossa argumentação é que a única prova material contra o Regivaldo era a delação de outro corréu, o Tato. Ele foi levado como testemunha ao plenário e lá, com todas as letras, negou enfaticamente a acusação feita anteriormente contra o Regivaldo. Apesar disso, os jurados não reconheceram. Entendemos que a decisão foi contra as provas do autos. Na nossa visão, não tem nenhuma outra prova que vincule o Regivaldo ao processo". O advogado acrescentou que se o julgamento for cancelado o Tribunal do Júri terá que marcar um novo julgamento.

Dorothy Stang foi morta, com seis tiros, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, em uma estrada que dá acesso ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, na região rural do município paraense de Anapu.

(Matérias extraídas do boletim "Notícias sindicais", divulgado diariamente pelo assessor sindical Ernesto Germano.

Caso deseje receber a edição diária, solicite através do e-mail cymbahia@gmail.com)